



# Diálogo de políticas públicas e experiências escolares de meninas-mães da periferia<sup>1</sup>

A dialogue between public policies and school experiences of adolescent mothers living on the outskirts

Denise Raquel Rohr

Maria Simone Vione Schwengber

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul | UNIJUÍ

## Resumo

Atualmente, as mulheres brasileiras jovens e pobres ainda engravidam vivenciando desafios de reinserção em espaços marcados por relações conflituosas e escolarização precária. Objetivamos identificar os rastros da gravidez nas trajetórias afetivo-sexuais e escolares de jovens, entre 2008 e 2009, a partir do Centro de Atendimento aos Adolescentes do Município de Ijuí, Rio Grande do Sul (Caami). Para isso, utilizamos a abordagem metodológica de inspiração etnográfica, fazendo observações e entrevistas prolongadas de casos individuais, mapeando os fatos da(s) história(s) de vida das jovens mães e, posteriormente, organizando-os em narrativas para compor o que denominamos de fragmentos biográficos. A análise indicou que as histórias de vida das meninas podem qualificar as políticas públicas e educacionais pelas suas particularidades voltadas às mulheres adolescentes. Muitos estudos das agências governamentais e das políticas públicas que norteiam intervenções e estratégias de ação no fenômeno gravidez/adolescência/juventude centram-se em prescrições de modos de "proteger" a saúde reprodutiva dos adolescentes. Muitas dessas prescrições estão em consonância com discursos estatísticos e bio-psico-medicalizados, parecendo produzir pouco impacto nas adolescentes de classes menos favorecidas.

Palavras-chave: Gravidez. Escolarização. Políticas públicas.

## Abstract

Presently, young and poor Brazilian women still become pregnant experiencing challenges of reinsertion in spaces that have been marked by both conflicting relationships and poor schooling. This work aims at identifying the effects of pregnancy on the affective, sexual and school trajectories of young women at the Center of Assistance to Adolescents (Caami) in Ijuí-RS along 2008-2009. We used an ethnographic approach, involving observations and prolonged interviews of individual cases, mapping facts of the young mothers' life histories, which we later organized in narratives to compose what we have called biographic fragments. The analysis has shown that, due to their particularities, those girls' life histories may qualify public and educational policies directed to female adolescents. Most studies of governmental institutions and public policies that guide interventions and strategies to act on the phenomenon of pregnancy/adolescence/youth have concentrated on prescriptions to "protect" adolescents' reproductive health. Many of those prescriptions are in accordance with statistical and bio-psycho-medical discourses, as they seem to have little impact on female adolescents in less privileged classes.

Keywords: Pregnancy. Schooling. Public policies..



## Problematizando a discussão

O tema da juventude emerge com mais força nos debates acadêmicos e nas políticas públicas brasileiras a partir dos anos 90, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – nomeado ECA –, uma nova representação que trata de dar visibilidade às crianças e aos jovens<sup>2</sup> como sujeitos de direitos, inspirada pelas diretrizes da Constituição Federal de 1988, internalizando uma série de normativas internacionais<sup>3</sup>. A partir de ideias mais amplas de cidadania juvenil, alargam-se pesquisas e políticas que buscam garantir o direito dos adolescentes à dignidade, à convivência familiar e comunitária, à saúde, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, à profissionalização e à proteção do trabalho e políticas com relação à sexualidade. Além disso, o ECA prevê a proteção contra qualquer forma de exploração, discriminação e violência. Desse modo, o jovem passa a ser objeto de interesse não apenas da família, da escola e das ciências, mas também do Estado.

Podemos constatar na academia um número considerável de estudos que buscam compreender a diversidade de questões relacionadas ao universo juvenil, como, por exemplo, a relação do jovem com a escola, o trabalho, a cultura e a política, ou em relação à sexualidade e à violência. Essa diversidade de relações permite traçar perfis juvenis e, ainda, orientar as políticas públicas para a juventude.

Para Catharino (2008), a juventude é entendida como uma condição, não como um estado. A autora acredita que essa fase da vida não apresenta nenhuma ligação com crises predefinidas, sejam de ordem biológica, psicológica ou social. Segundo ela, na sociedade ocidental, “[...] convencionou-se atribuir à juventude e à adolescência algumas características, como comportamentos e desejos específicos, ignorando-se o contexto histórico e político no qual elas se produzem.” (CATHARINO, 2008, p. 7).

Atualmente, há uma concepção de juventude como passagem, partindo-se do reconhecimento de que se trata de um período de transformações e, por isso, de buscas e definições de identidade, de valores e ideias, de modos de se comportar e agir. Para Abramo e Venturi (2000), parece ser desse pressuposto que surge a percepção da juventude como momento de instabilidades: intensidade e arrojo, por um lado, turbulência e descaminhos, por outro. Segundo os autores,



[...] essa percepção sugere que tal momento de transição deva ser centrado na preparação para a vida futura, sobretudo via formação escolar, de modo a garantir uma adequada inserção na vida social – sob rígido controle dos adultos, é claro –, para que as buscas e inquietações não levem a ‘desvios’. (ABRAMO; VENTURI, 2000, p. 1).

Há nesse argumento um contraponto, ou seja, para que o jovem possa preparar-se devidamente para a vida futura, supõe-se que o ingresso em outros âmbitos da vida social, como o trabalho, as obrigações familiares, econômicas e civis, seja suspenso por um tempo ou retardado. Porém, isso não é o que ocorre com os jovens da periferia: estes têm de ingressar cedo no mercado de trabalho, muitas vezes precário, abandonando a escola para enfrentar as peripécias da vida adulta.

Na contemporaneidade, parece ser necessário pensar a condição juvenil não só pela vida estudantil, mas também pelo mercado de trabalho, com o qual um número significativo de jovens tem ou busca estabelecer ligações. Abramo e Venturi (2000), em seus estudos, apontam dados que mostram a dificuldade e, às vezes, a incompatibilidade de os jovens serem estudantes e trabalhadores ao mesmo tempo. O estudo mostra que, entre os principais motivos para o abandono da escola, estão o trabalho, a falta de condições financeiras para pagar os estudos e uma gravidez ou casamento.

Esses argumentos permitem-nos pensar que o conceito de juventude se alarga, na medida em que o analisamos numa concepção mais ampla de cidadania. Para Abramo e Venturi, no contexto brasileiro,

[...] durante muito tempo só foram considerados efetivamente **‘jovens’** (como condição social, para além da definição meramente etária) os jovens das classes médias e altas, caracterizados principalmente por sua condição de estudante. Os **‘jovens das classes populares’**, tendo de trabalhar e interromper os estudos muito cedo, ou a eles nem tendo acesso, ficaram excluídos dessa construção, como se vivessem em negativo. (ABRAMO; VENTURI, 2000, p. 1, grifo nosso).

Ganha visibilidade, portanto, no cenário brasileiro, uma reflexão orientada por uma corrente histórico-social que defende a tese da diversidade da condição juvenil a partir dos contextos sociais, o que permite falar em juventude e tratá-la no plural, ou seja, juventudes. A expressão utilizada no plural



ênfatisa a diversidade de juventudes, segundo alguns fatores categ3ricos, tais como: classe social, cor, sexo e grupo social.

Apesar de toda a pluralidade existente, um ponto apresenta-se como convergente em quase todos os estudos: os jovens, como cidad3os, encontram-se em condi73o peculiar de desenvolvimento, que “[...] se situa no interior das margens m3veis entre a depend4ncia infantil e a autonomia adulta [...] entre a imaturidade sexual e maturidade, entre a forma73o e pleno florescimento das faculdades mentais, entre a falta e a aquisi73o de poder.” (LEVI; SCHIMITT, 1996, p. 8).

Parece que h3 um ponto, pelo menos, que individualiza as concep73es de juventude e adolescente. Ao recorrermos a um dicion3rio epistemol3gico, encontramos a defini73o de *juvenil (aeoum)* como “aquele que est3 em plena for7a” e, em contrapartida, encontramos a defini73o de *adulescent* como “aquele que est3 em crescimento”. (Cf. GUIMAR3ES; GRINSPUN, 2007).

Com base nesses pressupostos te3ricos – orientados, ent3o, pela corrente hist3rico-social que se apoia na tese da diversidade da condi73o juvenil a partir dos contextos sociais –, perguntamos: quais s3o os elementos norteadores para pensar a juventude pobre e feminina – gr3vida – na contemporaneidade?

Heilborn (2003) destaca que a gravidez na adolesc4ncia no Brasil 4 um problema social, pois atinge mais as meninas da classe pobre e sem um companheiro “fixo” que as auxilie. Desafia-nos essa discuss3o acerca dos corpos gr3vidos, pois, na interface das pol3ticas p3blicas da educa73o e da sa3de, h3 poucos estudos que buscam compreender **o corpo e a gravidez na juventude**, sobretudo os modos como as jovens vivem essa condi73o e como ocorrem os processos de sua escolariza73o. Podemos dizer que, na contemporaneidade, se disp3e de poucos estudos que abordam principalmente esse tema, com quest3es relacionadas 3 tem3tica do corpo e da gravidez (a experi4ncia) entre jovens no Brasil. Meyer (2006) salienta que, nas pol3ticas p3blicas, h3 um campo espec3fico da hist3ria da maternidade e da gravidez ainda a ser explorado, sejam estas desejadas/recusadas ou realizadas/interrompidas, sobretudo no Brasil.

Gon7alves e Knauth (2006, p. 66) dizem que a “[...] gravidez na adolesc4ncia/juventude pode levar 3 interrup73o tempor3ria (ou n3o) dos estudos e 3 reprodu73o de pap3is tradicionais de m3e-mulher [...]”, condicionados ao trabalho, 3 vida e ao lazer dom3stico. Nesse sentido, para Andrade



(2008, p. 6), “[...] a maternidade nos dias atuais é um dos principais acontecimentos que favorecem os movimentos de saída da escola e os movimentos de retorno a ela [...]”, principalmente para as jovens pobres.

No Brasil, de acordo com Heilborn (2003), a taxa de natalidade entre adolescentes e jovens tem aumentado principalmente nas camadas menos favorecidas. Uma pesquisa da Unesco (2004) mostra que, a cada hora, três meninas entre 10 e 14 anos se tornam mães e que, se elevarmos essa faixa etária até os 19, se chega ao índice de uma mãe jovem por minuto. No Brasil, têm-se em média um milhão de mães adolescentes ao ano. Felipe (2008, p. 4) afirma que “[...] de 1991 a 2000 houve um aumento de 25% na fecundidade de jovens entre 15 e 19 anos, e a gravidez precoce é uma das principais razões da evasão escolar, chegando a 25%.”

Segundo o IBGE (2006, p. 1), “[...] de 2004 para 2005, a maioria dos estados brasileiros, entre eles o Rio Grande do Sul, tiveram redução na proporção de mulheres com filhos. Porém, apesar dessa redução no número de filhos por mulher em todo o país [...], houve um ligeiro aumento na proporção de meninas de 15 a 17 anos de idade com filhos, de 6,8% para 7,1%, especialmente nas regiões norte e nordeste.”

Conforme dados do Sistema de Informações Sobre Nascidos Vivos do Ministério da Saúde (Sinasc), em 2005, no Brasil, de um total de 3.035.096 partos, 21,8% (661.650,928) foram de adolescentes entre 10 e 19 anos. No Rio Grande do Sul, no mesmo ano, de um total de 147.199 partos, 18,7% (27.526,213) foram em adolescentes de 10 a 19 anos. Em Ijuí (RS), também em 2005, de 1.071 partos, 15,7% (168,147) foram de adolescentes entre 10 e 19 anos.

A gravidez na adolescência passa a ser vista como um problema pelos diferentes discursos e em distintos contextos históricos a partir do século XX, apontando argumentos que vão desde o discurso médico (biológico) até o discurso das Ciências Sociais, Educacionais e Econômicas. Nos anos 60, predominava o discurso da Medicina, no qual se destacavam os riscos da gravidez adolescente, tanto para a saúde da jovem quanto para a do bebê, em virtude de o corpo da jovem mãe não estar suficientemente preparado para gerar um feto. Na década de 70, o discurso da Psicologia enfatizava a imaturidade da gestante adolescente para cuidar do seu filho e para estabelecer vínculos com ele. Já nos anos 80 e 90, associavam-se os discursos das



Ciências Sociais, Educacionais e Econômicas aos riscos sociais da gravidez na adolescência e ao abandono escolar, além da precária inserção no mercado, acarretando a reprodução de um estilo de vida pobre das famílias de origem. (OLIVEIRA, 2007 apud SALVA, 2008).

Destacamos que a gravidez na adolescência não se constitui como um acontecimento recente na sociedade ocidental. Nos séculos XVIII, XIX e no início do XX, em algumas culturas, as meninas-mulheres casavam-se entre 13 e 14 anos, geralmente após a menarca, e eram educadas para serem esposas e mães e cuidar da casa. Suas funções eram as de reprodução e de cuidados com os filhos, sendo a gravidez nessa idade considerada como um processo normal, visto que nesse contexto a expectativa de vida era baixa. (SILVA; BIFFI; GIULIANI, 2003).

Hoje, a gravidez na adolescência continua a acontecer, porém, o que se diferencia é que, nas últimas décadas, se tornou um problema social, educacional e econômico, de acordo com Silva, Biffi e Giuliani (2003). Mudaram-se os tempos, e alteraram-se os padrões de fecundidade<sup>4</sup> da população feminina, conforme justifica Brandão (2006, p. 79): “[...] sobretudo porque ocorreu redefinições na posição social da mulher [inclusive das meninas] e gerou-se novas expectativas para as jovens no tocante à escolarização e à profissionalização [e à renda].”

A sociedade contemporânea modificou-se, e as mulheres vislumbraram diferentes perspectivas de vida. No entanto, isso não impediu e não impede que, a cada ano, mais jovens pobres engravidem numa idade em que deveriam envolver-se com outras questões. Pesquisas como as de Heilborn (2003), Gontijo e Medeiros (2004), Rohr e Schwengber (2009) mostram que não é a desinformação que leva à gravidez na adolescência. Estudo realizado em São Paulo, no Hospital de Clínicas (2008), mostra que 92% das adolescentes entrevistadas conheciam, pelo menos, um método contraceptivo. Dessas, apenas 25% planejaram a gestação, e muitas abandonaram o método contraceptivo que usavam, com o intuito declarado de engravidar. Consideramos importante destacar que os métodos contraceptivos transformaram a maternidade em uma decisão a ser tomada voluntariamente. Para Marina (2008), as meninas de hoje, quando chegam à adolescência, são expostas, via meios de comunicação de massa, a uma cultura mais informativa, porém, ao mesmo tempo, mais sexualizada e apelativa. Parece que, todavia, não é a desinformação que leva à gravidez na adolescência. Perguntamos: o que é, então?



No passado, atribuíam-se a chamada explosão demográfica à ignorância dos pobres ou, pior, definiam-na como uma espécie de perversidade que fazia com que se reproduzissem como coelhos. O jeito era, como destaca Scliar (2008), fazer essas mulheres usarem contraceptivos de qualquer maneira. Agora, sabemos que esse acontecimento é mais complexo do que parece, e há nisso uma clara mensagem para os estudos feministas, as políticas públicas, os pais e as escolas. As adolescentes precisam ser ajudadas (corporal e psicologicamente) antes que optem pelo “pacto da gravidez”, como na história aqui exposta.

Para Rosistolato (2007), a preocupação dos pesquisadores ocorre a partir dos anos 90, devido ao aumento nos índices de gravidez de 1993 a 1999, sendo 64% em meninas de 10 a 14 anos, 23% em adolescentes de 15 a 19 anos e somente em 6,9% em mulheres de 30 a 39 anos. De acordo com Silva, Biffi e Giuliani (2003, p. 6), a maternidade na adolescência hoje é vista como um problema, pois “[...] tornou-se incompatível com as novas demandas sociais: adolescentes que almejam, devem estudar e se profissionalizar, para ter um futuro de sucesso.”

Brandão (2006) observa que, entre os grupos sociais mais favorecidos, há certo prolongamento da juventude, bem como o aumento do tempo de estudo, a aquisição tardia de autonomia econômica/material e até mesmo índices menores de gravidez na adolescência. Já nas classes populares, como destaca Heilborn (2003), a juventude tende a ser mais breve, com interrupções precoces nos estudos pela inserção (ainda que insuficiente) no mercado de trabalho, pelas precárias condições materiais e, muitas vezes, por acontecimentos como a gravidez.

A gravidez na vida de uma adolescente traz inúmeras transformações, sejam elas corporais ou nas formas das posições sociais. Questionamos: quais os rastros da gravidez em suas trajetórias afetivo-sexuais e, principalmente, escolares? Como lidar com as políticas públicas, das generalizações às singularidades?

## O espaço pesquisado

A pesquisa foi desenvolvida nos anos de 2008 e 2009 no Centro de Atendimento aos Adolescentes do Município de Ijuí-RS<sup>5</sup> (Caami). O Caami



constitui-se como um espaço que atende, exclusivamente, a adolescentes entre 12 e 18 anos. Esse serviço de saúde presta atendimento nas áreas de Medicina (clínica de adolescentes, ginecologia e obstetrícia e urologia), Psicologia, Nutrição, Enfermagem e Pedagogia.

Num primeiro momento, mapeamos no Caami dados pessoais das meninas para que fosse possível sua localização. Logo após, contatamos com as jovens e agendamos as entrevistas. Os instrumentos da pesquisa foram as observações diretas no campo de estudo e as entrevistas com as jovens mães; posteriormente, organizamos esses dados e compomos as histórias das trajetórias das meninas estudadas.

De um total de 46 jovens mapeadas, entrevistamos 10 adolescentes residentes nos bairros de periferia de Ijuí. Dessas, nove já tinham filhos da adolescência, uma estava grávida do primeiro filho e duas estavam grávidas do segundo filho. As idades variavam entre 15 e 19 anos, e a maioria centrava-se nos 16 anos. Apenas duas meninas continuaram a estudar após a gestação, e as demais pararam entre a 4ª e a 8ª séries do Ensino Fundamental “por causa da gravidez”. No que se refere à profissão, a maioria delas declarou-se como donas de casa, e havia apenas uma com profissão remunerada. Quanto à renda pessoal, duas possuíam renda, e oito não tinham nenhuma renda. A vida das meninas pesquisadas e das suas famílias mostrou-se marcada pela gravidade da violência e pobreza impostas, já que precisavam sobreviver com uma renda de menos de um salário mínimo mensal (complementado pelo trabalho de biscate e pelo Programa Bolsa-Família do governo federal). Considerando união estável como casamento, a metade das entrevistadas declarou-se “casada ou ajuntada”, e a outra metade era solteira. A maioria delas disse ter um parceiro estável (o pai de seus filhos), e três não tinham parceiro fixo. Quanto ao tempo de relacionamento das jovens com seus parceiros, variava de alguns meses a quatro anos. A idade do parceiro era de 19 a 34 anos, e uma delas não sabia a idade do pai do filho.

Utilizamos como instrumento inicial a observação prolongada de casos individuais, mapeando a lógica de história (s) singular (es), ligada (s) a situações complexas. Buscamos ferramentas teórico-conceituais mais amplas, no sentido de aprofundar a compreensão do objeto – entendê-lo a partir das particularidades singulares e locais, em suas sincronias e diacronias com a produção acadêmica.



Grande parte dos estudos das agências governamentais e das políticas públicas que norteiam as intervenções e as estratégias de ação do fenômeno gravidez e adolescência/juventude traz, para o centro do debate, prescrições sobre modos de “proteger” a saúde reprodutiva dos adolescentes. Muitas dessas prescrições estão em consonância apenas com os discursos estatísticos e bio-psico-medicalizados, pois parecem produzir pouco impacto nas adolescentes de classes menos favorecidas, talvez por serem prescrições em geral inviáveis, uma vez que muito distanciadas da realidade ordinária dessas adolescentes.

Tomamos como centralidade a busca pela compreensão do fenômeno gravidez e adolescência a partir de histórias como as que seguem, no sentido de perceber não só as causas que determinam esse fenômeno, mas também as razões que o acompanham. Para Leão (2006, p. 4), compreender os fracassos e os sucessos das histórias de jovens mães pobres “[...] exige da nossa parte um olhar que investigue a trama sutil em que se tecem as suas trajetórias escolares [e afetivas].”

#### **História de Ana e Michele**

Ana e Michele são duas irmãs.

Ana tem 19 anos, já tem dois filhos e está grávida do terceiro [...]. O filho de três anos já não está com ela. Ana diz: *A justiça me tomou, sabe, recolheu, porque tinha piolho, cicatriz no corpo de maus-tratos, mas não meus, da avó dele.* Ana afirma que, esse primeiro filho, ela queria ter: [...] *o pai dele era um homem (mais velho) lá de Crissiumal [...]. No início, ele era um homem bom, mas depois virou um diabo [...]. Queria que eu fosse escrava [...]. Eu agarrei meu filho e fugi dele.* Ana fica cabisbaixa e diz: *O segundo filho [refere-se ao filho que está no colo da avó], eu não queria ter, mas [...] mas aí tive [...]. Eu cuido (nós cuidamos) dele agora.*



Já **Michele** teve seu primeiro filho aos 16 anos e mesmo depois continuava a sair todas as noites; bebia, tinha vida muito agitada e acabava deixando seu filho com sua mãe (a avó). A jovem tem vários registros na ronda dos policiais do município, que agem de forma preventiva e repressiva em relação a adolescentes envolvidos com prostituição infantil, tráfico e uso de drogas, aliciamento para prostituição e consumo de bebidas alcoólicas.

Por deixar seu filho aos cuidados de sua mãe, as brigas entre mãe e filha são mais comuns. Assim, o filho de Michele estava descuidado, a ponto de vizinhos denunciarem a ela e à sua mãe ao Conselho Tutelar, que verificou as denúncias de maus-tratos da mãe e da avó, as quais se confirmaram pelos sérios ferimentos no corpo da criança, comprovados por laudos posteriores. Ela diz: *Ficamos assustadas [...] e acabei perdendo a guarda do meu filho*. Em resumo, Michele violou o artigo 249 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que autua quem "descumprir, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao poder familiar ou decorrente de tutela ou guarda" e, assim, determina a retirada da criança da família.

Michele hoje luta pela guarda do filho, que, por decisão da justiça, está temporariamente, desde o final do mês de maio/2009, no Lar da Criança Henrique Liebich, no município de Ijuí. Emocionada, ela mostra o sujo bicho de pelúcia que ficava *agora junto dela quando vai dormir, para matar a saudade do filho*. Michele relata que, *depois desse episódio, nunca mais vai bater no filho*. Agora, mostra-se disposta a recuperar a guarda da criança.

Michele está vivendo sob um regime que a Justiça chama de "liberdade assistida". Para recuperar a guarda do filho, ela deve seguir as orientações da assistente social e da promotora: **"Michele tem de voltar a estudar, frequentar a escola, ter notas boas, ser estudiosa e participar de todos os programas de capacitação promovidos pela assistência social do município"**.

Podemos dizer que Michele está empenhada na operação **"Cadê meu Filho?"**.

## Dialogando com as trajetórias juvenis

As biografias supracitadas mostram alguns dos contextos estudados. A partir disso, tomamos como centralidade, neste movimento de análise, a trajetória da jovem Michele. Optamos por analisá-la a partir dos sentidos elaborados por ela sobre sua escolarização, aliada ao exercício da maternidade, compreendendo-a como uma jovem mãe ativa que, "[...] diante das desigualdades sociais e culturais vividas em seu contexto social, elabora e constrói um modo próprio de se relacionar com o universo escolar." (LEÃO, 2006, p. 2).

Diante disso, nos cabe questionar: que estrutura Michele tem para voltar a estudar na 3ª série do Ensino Fundamental? Que estrutura tem a escola para receber alunas como Michele? Como a jovem e a escola enfrentam esses movimentos de abandono e retorno às aulas? Será que Michele está preocupada em terminar os estudos, em profissionalizar-se, ou apenas está na escola para obter a guarda do filho? Michele não está de volta à escola apenas



por sentir-se num estado de “luto” pela perda do filho e, depois, quando isso passar, ela desistirá de estudar novamente? Como se articulam as condições sociais vividas por Michele e as suas experiências escolares? Como Michele (e outras adolescentes grávidas) entende a escola?

A história das meninas revela uma escolarização precária e cheia de dificuldades. Dados da nossa pesquisa, realizada em 2008 e 2009, mostram que os pais dessas meninas também tinham pouca ou nenhuma escolarização, variando entre a 1ª e a 4ª séries do Ensino Fundamental. Mesmo com baixa escolaridade, as meninas tiveram acesso a um nível superior em comparação ao de seus pais, embora cursando uma ou duas séries a mais. Segundo Leão (2006, p. 3), isso ocorreu devido à ampliação do acesso à educação pública, o que, de modo geral, tem favorecido as novas gerações. Indiferentes a isso, no entanto, as meninas apresentaram defasagens idade/série, como é o caso de Michele, que, com 22 anos, está na 3ª série do Ensino Fundamental. Então, “[...] para os filhos das camadas populares, a ampliação do acesso à educação não correspondeu a uma trajetória regular nos sistemas de ensino.”

Aqui, tomamos os questionamentos de Gomes apud Leão:

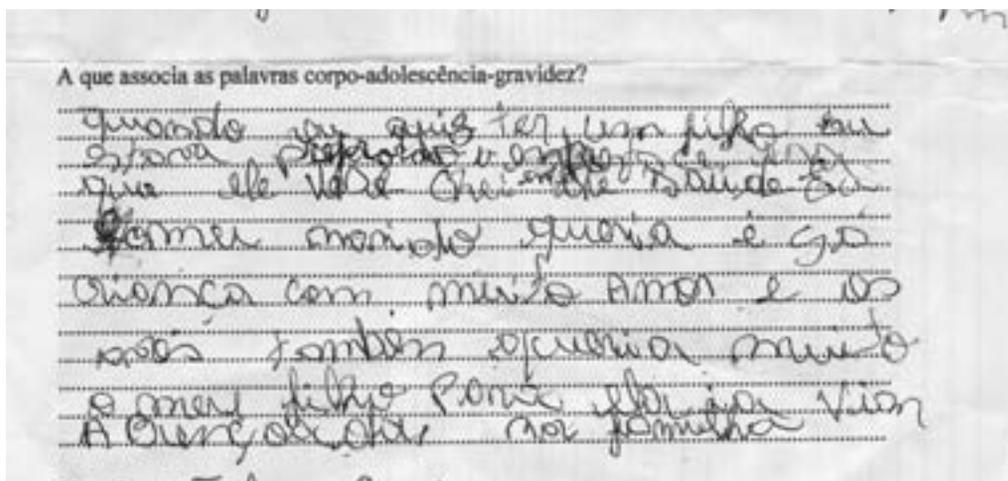
[...] o que têm essas jovens de comum entre elas, além da pobreza, **que as leva a atribuir tão frágil valor à escolarização?** O que há de comum entre elas, além da pobreza, que funciona como aspecto distintivo de seus grupos informais quando comparados a grupos informais de jovens urbanos pertencentes a outros níveis de classe? (GOMES, 1997 apud LEÃO, 2006, p. 3, grifo nosso).

161

Dessa maneira, pressupõe-se que, ao engravidar, as meninas deixam de frequentar porque não têm alguém que tome conta do seu filho; ainda, há o fator corporal, como afirma Michele (2008): “[...] eu era muito grande no meio das crianças e não conseguia acompanhar as aulas.” Em outros termos, o corpo de Michele não servia mais naquela turma, naquela escola. Seu corpo não servia mais para estudar, mas era próprio para gerar um filho, próprio para a maternidade. (SCHWENGBER, 2008). Era um corpo para explorar e para ganhar a vida, como afirmou Schwengber (2009, p. 9): “[...] meu corpo, [meu útero], meu capital. O corpo marca os limites entre o ‘dentro e fora’ (da escola) e serve de encontro entre o mundo externo e interno.”

Essas jovens abandonam a escola, ou a escola as abandona? É o que questiona Schwengber (2008). Elas são praticamente semianalfabetas,

pois talvez a escola não tenha investido e insistido o suficiente em sua escolarização. Além disso, por não receberem esses incentivos, hoje a maioria delas escreve o nome e quase mais nada, como percebemos em um dos instrumentos utilizados na coleta de dados da pesquisa realizada:



162

Figura 1 | Escrita de uma adolescente sobre: "O que associa às palavras corpo-adolescência-gravidez?"

Parece que a trajetória escolar de Michele e Ana reflete o típico abandono escolar, ou seria a exclusão? Conforme pesquisa divulgada pelo Inaf (BRASIL, 2009, p. 10-11), aproximadamente 54% dos brasileiros entre 15 e 64 anos que estudaram até a 4ª série são analfabetos funcionais, ou seja, só compreendem frases curtas, com informações explícitas (como textos publicitários), e identificam números em contextos específicos, como preços. Dos indivíduos considerados analfabetos absolutos, 10% não conseguem decodificar palavras e frases simples, apesar de terem cursado de um a quatro anos do Ensino Fundamental. E mais: dentre os que cursaram da 5ª à 8ª série, "[...] apenas 15% podem ser considerados plenamente alfabetizados". Assim, mencionamos que jovens como Ana e Michele "[...] mostram que, **apesar de frequentar a escola** até os Anos Finais do Ensino Fundamental, estão distantes da classificação de alfabetizadas."<sup>6</sup>

Schirò (2009, p. 42), analisando os estudos de Seamark e Lings (2004), aponta que a gravidez não se justifica como o único motivo de



insucesso e do abandono escolar das adolescentes. Para a autora, é necessário considerar, também, que as dificuldades escolares e profissionais enfrentadas pelas meninas, sobretudo as pobres, persistiriam mesmo que a gravidez ocorresse mais tarde em suas vidas, “[...] devido ao meio social de origem, à cultura dominante e às perspectivas de futuro que estes proporcionavam.”

Catharino e Giffin (2002) propõem que a gravidez seja olhada também como uma alternativa das jovens de camadas populares ante a uma escolarização que não atende às suas reais necessidades. Para as autoras, as meninas questionam-se sobre “[...] a utilidade do saber escolar, face à realidade por elas vivida.” (CATHARINO; GIFFIN, 2002, p. 15), fazendo com que a escola seja substituída por empregos, por vezes transitórios. A escolarização é a maneira de preparar-se para o mercado de trabalho e, a partir dele, talvez, ter um reconhecimento social. Nesse sentido, Catharino e Giffin (2002, p. 15) questionam: “[...] a ocorrência da gravidez na vida dessas jovens não estaria se impondo como uma forma de achar um lugar social, já que a escolarização não tem mais sentido em suas vidas?”

Assim, o retorno para a escola após a gestação parece transformar-se em um modo de estabelecer um vínculo social mais forte que o familiar; através da educação, as meninas teriam a possibilidade de talvez garantir o futuro do filho, como elas apontam em suas narrativas: “voltar a estudar para poder dar ao meu filho tudo o que eu não tive”. Muitas vezes, essas meninas abandonam a escola, mas não o projeto de retornar a ela, pois sabem que só é possível uma mudança nas suas vidas e “dar tudo o que o filho pedir” se voltarem a estudar, para profissionalizar-se e inserir-se no mercado de trabalho. Complementando, Paiva apud Catharino ressalta que:

[...] o sentido primeiro de um filho [...] é reparar a falta de cidadania: o filho vai TER tudo o que eu não tive, mais do que SER o que não fui ou FAZER o que não fiz. Representa a possibilidade de um FUTURO melhor que, corretamente, é percebido como esforço de uma geração. Vai definir e concretizar o futuro que vou amar e cuidar, o sentido de minha vida adulta e dura. (PAIVA, 1996 apud CATHARINO, 2008, p. 27, grifos do autor).

Para Catharino (2008, p. 64-65), parece que a gravidez na adolescência pode constituir-se, em muitos casos, “[...] numa denúncia, num grito de socorro, que aponta para uma situação de abandono social [...] lacuna



que é preenchida, em partes, pelas redes de sociabilidades primárias [e assistenciais].” A família, os vizinhos, o bairro e o grupo comunitário são as redes de sociabilidades primárias. Já as redes assistenciais referem-se aos serviços especializados, como postos de saúde, hospitais, “[...] que se constituem, historicamente, como uma resposta a uma maior complexidade das sociedades e também a um certo ‘afrouxamento’ dos laços de sociabilidade primária.”

Podemos pensar, sob o olhar das meninas, que a gravidez seja uma tentativa de encontrar, mesmo com grande ônus, um lugar e visibilidade na vida social. Nessa perspectiva, Catharino (2008, p. 18) questiona: “[...] a ocorrência da gravidez na adolescência não estaria se constituindo em um elemento de invenção de uma história de vida?” Invenção esta que não se caracteriza como um projeto individual, mas coletivo, pois é construído a partir dos significados sociais e das oportunidades materiais disponíveis no meio onde as meninas estão inseridas. Entretanto,

[...] a diminuição das perspectivas [das jovens em relação ao futuro], com sua concomitante perda de opções como cidadãs, é apontada como consequência da gravidez, genericamente afirmada como indesejada. A partir deste argumento, se justifica uma série de medidas e procedimentos, expressos por diretrizes oficiais, que norteiam a organização de projetos e serviços, que, por sua vez, se valem de discursos e práticas educativas, para pretensamente ‘orientar’ a saúde sexual e reprodutiva da população adolescente. (CATHARINO, 2008, p. 19).

164

Para Novaes (2006, p. 107), “[...] a escola é vista como um bom lugar para se fazer amigos e integrante de uma sociabilidade que caracteriza a condição juvenil. Parece que estar prematuramente fora da escola é mais uma das marcas de exclusão social [dessas meninas].” Então, a baixa escolarização das meninas pesquisadas passa a ser mais um motivo para elas serem excluídas socialmente, principalmente da vida social e do mercado de trabalho.

Novaes (2006, p. 107) lembra ainda que os jovens mais pobres também “[...] não se iludem, não embarcam no ‘mito da escolaridade’.” Observamos que, para esses jovens, a escola não é vista como garantia de emprego. Ela é uma forma de preparar-se para o mercado de trabalho, mas não assegura a obtenção de um emprego. Ainda nas palavras de Novaes (2006, p. 108): “[...] são muitos os jovens dessa geração que têm consciência



de que a escola é importante como passaporte que permite a viagem para o emprego, mas não o garante.”

Para Brandão (2006, p. 91), compreender algumas das dimensões desse percurso de transição, desse ritual de passagem entre a infância e a vida adulta, “[...] pode contribuir para fomentar o debate no tocante a muitas outras questões, para além da gravidez, também vinculadas à socialização [e à escolarização das jovens mães].”

Para as jovens das camadas populares, todavia, a escola e a vida são vistas sob o olhar da desigualdade diante do trabalho, do consumo, do lazer, dos direitos. A motivação das jovens diante da escola, para Leão (2006), dar-se-á em relação ao modo como cada uma elabora sua experiência de crescer em meio a essa pobreza e desigualdade e ao significado que a educação terá em sua vida.

Duarte, Nascimento e Akerman dizem que

[...] as adolescentes grávidas de baixa escolaridade estariam cumprindo, de certa forma, o seu papel social possível, com as limitações que o mundo moderno impõe a quem não tem estudo. Para certas populações, a gravidez precoce funciona como fator de exclusão social, levando a menores possibilidades de melhorar as condições de vida. Nessa lógica, as mulheres que têm mais tempo de educação formal têm maior probabilidade de adiar a procriação e o casamento do que aquelas com pouca ou nenhuma instrução. As mulheres que começam a ter filhos cedo raramente voltam à escola. (DUARTE; NASCIMENTO; AKERMAN, 2006, p. 11).

165

De acordo com Silva (2000, p. 41), “[...] cada cultura tem suas próprias e distintivas formas de classificar o mundo. É pela construção de sistemas classificatórios que a cultura nos propicia os meios pelos quais podemos dar sentido ao mundo social e construir significados.” Então, é por meio da cultura de periferia que as meninas-mães constroem suas identidades e significam suas experiências, principalmente a experiência do gestar e do ser mãe – pobre, sem escolarização, sem emprego e, na maioria das vezes, sem um companheiro que as auxilie.

No corpo de cada indivíduo, estão impressos os códigos culturais da sociedade onde ele está inserido. Para Daolio (1995a apud SOUZA, 2008, p. 19), “[...] no corpo estão inscritos todas as regras, todas as normas e todos



os valores de uma sociedade específica, por ser ele o meio de contato primário do indivíduo com o ambiente que o cerca." Então, é também por meio do corpo que as meninas estudadas buscam o seu lugar social, uma vez que a escola não consegue fazer isso, pois, com a gravidez, muitas das jovens deixam de frequentar as aulas.

Assim, parece que o corpo, com a respectiva sexualidade, é, para jovens como Michele, "[...] o seu principal capital, ou uma das suas importantes riquezas. Atributos de seus corpos (potência reprodutiva) desempenham um papel significativo, como o de inseri-las socialmente." Goldenberg (2007) observa que, no Brasil, um país em que as pessoas, de um modo geral, têm poucos investimentos em outros capitais – como educacional e cultural –, o corpo acaba se tornando importante capital econômico e social.

## Notas para pensar as Políticas Públicas

Até o século XX, a alternativa para as meninas pobres não seria a educação, mas sua transformação em cidadãs úteis, reprodutivas, enquanto que as filhas de uma pequena elite eram estimuladas à escolarização. Observamos, políticas assim, que os mecanismos internos de exclusão há muito estiveram presentes na escola brasileira. Para finalizar, destacamos que, apesar de a escola básica pública apresentar-se como instituição popular, parece importante perguntar: quais são os limites da efetivação escolar das meninas-mães pobres? O que podem as políticas públicas brasileiras oferecer a elas?

Bauman (2003, p. 129) chama-nos a atenção para o quanto os sujeitos são convocados "[...] a buscar soluções biográficas para contradições sistêmicas; procuramos nos indivíduos a solução de problemas sociais. É o abandono do compromisso com os pobres e, como preferimos, é a 'individualização' das responsabilidades."

As políticas públicas de ampliação e de acesso aos métodos anticoncepcionais entre as comunidades carentes são importantes, mas parece que essa ação sozinha não é uma resposta satisfatória. A solução exige que se associem outras políticas de saúde e educacionais, inclusive, com a inserção de histórias como as de Ana e Michele. Perguntamos: para que serve a história das mulheres? Para reconhecê-las como seres e, até mesmo, para qualificar as políticas públicas voltadas às mulheres (adolescentes).



Nesse sentido, apoiadas em Pacheco, pontuamos que estudos sobre o modo e as condições de vida dessas jovens mães, considerando suas dificuldades e necessidades, podem trazer contribuições e informações importantes para o delineamento e a implementação de políticas públicas sociais voltadas para as mulheres jovens e pobres, “[...] uma vez que, nas políticas sociais, os pobres poucas vezes são reconhecidos como um grupo com demandas próprias e específicas e, desta forma, não são contemplados com ações voltadas diretamente para as suas necessidades e problemas.” (PACHECO, 2005, p. 95).

Como diz Milton Nascimento, as meninas (mães) de rua sabem, no sentido de experimentar, que é preciso ter graça, é preciso ter manha, é preciso ter sonho sempre, e mesmo em meio às adversidades. Percebemos que as meninas-mães ainda têm fé na vida, fé pelos filhos, e que, mesmo em meio às sombras, existe o sonho e uma brecha (ou uma possibilidade) para se escolarizar e ainda cuidar de si em nome “do futuro do filho”.

Quais as perdas que o Estado sofre ao renunciar a meta de incluir meninas-mães no mundo das políticas públicas? Quanto às políticas públicas, as urgências são enormes e, às vezes, as postergações são aparentemente irracionais. Pais (2006, p. 12) comenta que “[...] para muitos jovens o futuro se encontra desfuturizado – porque se encontra (des)governado pelo princípio da incerteza das vidas que levam.” Pimenta (2007) ressalta que

[...] em referência à relação juventude e políticas públicas [...] não há políticas públicas à juventude. Há, sim, um conjunto de ações isoladas, algumas interessantes, outras complicadas, no âmbito do Estado e da sociedade civil, de caráter didático-pedagógico e educacional. Do ponto de vista do conjunto das ações, a juventude, quando considerada um ‘problema social’, traduz-se em minimizar seus movimentos e, ao se tratar da ação repressiva, em disciplinar, pela força e, exemplarmente, por suas ações. Equivale a afirmar que as tendências de elaboração de políticas públicas à juventude permanecem, em grande parte de suas outorgas, na lógica funcional para uma formação ao mercado ou como controle social. (PIMENTA, 2007, p. 4).

Talvez pudéssemos caminhar na direção de pensar a discussão das políticas públicas a partir de seus elementos contextuais, com a possibilidade de aprender com eles. Se olharmos com atenção, grande parte das políticas ensina-nos a tratar dos estados da saúde e/ou doenças das pessoas, mas



não nos ensina a tratar as pessoas. Muitas jovens vivem a condição de suas gestações de modo frio, sofrido, o que não corresponde à dignidade humana. Muitos Programas de atendimento olham para as meninas pobres e não as veem como sujeitos “[...] marcados pela miséria, pelo abandono ou pelo estigma de uma gravidez fora do casamento, mas criaturas toscas, ignorantes, culpadas pela sua condição social.” (MARTINS, 2007, p. 30). Quando chega alguém em nossos serviços e/ou nossas instituições, porém, é sempre alguém marcado por instâncias culturais, simbólicas, de gênero, de classe, de geração. Ouvir um usuário é ouvir sua história e, se trabalhamos com a ideia da (re)inserção, ouvir suas histórias é permitir que esses usuários possam (re) inventá-las, lidando com os estigmas, com a vida comunitária-familiar-escolar, ou seja, lidando com o político numa leitura mais ampla.

## Notas

- 1 Nos termos do artigo. 2º da Lei 8.069/90, considera-se criança a pessoa de até 12 anos de idade incompletos. É proibido qualquer tipo de trabalho adulto a menores de 14 anos, salvo na condição de aprendiz. É considerado adolescente o sujeito com idade entre 12 e 18 anos.
- 2 Declaração dos Direitos da Criança (Resolução 1.386 da ONU - 20 de novembro de 1959); Regras mínimas das Nações Unidas para administração da Justiça da Infância e da Juventude - Regras de Beijing (Resolução 40/33 - ONU - 29 de novembro de 1985); Diretrizes das Nações Unidas para prevenção da Delinquência Juvenil.
- 3 No Brasil, observou-se uma queda na taxa de fecundidade a partir da segunda metade do século XX. Nesse século, a média de fecundidade assim se configurava: em 1940, cada mulher brasileira tinha em média 6,16 filhos; em 1950, 6,21; em 1960, 6,28; em 1970, 5,76; em 1980, 4,35; em 1990, 2,9; em 2005, 2,8, conforme Arilha Berquó (2007 apud Schwengber, 2008).
- 4 Ijuí é um município brasileiro de pequeno porte, localizado no interior do Estado do Rio Grande do Sul, com uma população de aproximadamente 79.719 habitantes, uma taxa populacional urbana de 90,05% e rural de 9,95%. Ijuí é uma cidade que se destaca regionalmente como prestadora de serviços, sobretudo na área da Saúde e Educação, por atender mais de 48 municípios. Ijuí é conhecida como terra das culturas diversificadas, pela mistura de várias etnias que a compõem. Ijuí apresenta, conforme a Secretaria de Planejamento e Coordenação (Seplan) (2007), **taxa de analfabetismo** de 4,78%, **expectativa de vida ao nascer (2000)** de 69,14 anos e **coeficiente de mortalidade infantil (2008)** de 11,43 por mil nascidos vivos.
- 5 Para a diretora executiva do Instituto Paulo Montenegro, Ana Lúcia Lima, a situação é reflexo da universalização da Educação Básica (escola para todos), que não prima pela qualidade. Dividindo o ensino público entre “antes e depois”, ela observa que “a escola para poucos recebia estudantes mais bem preparados”. As crianças de hoje são filhas de pais analfabetos ou com pouco grau de instrução. “O amplo acesso é positivo, mas a escola não se preparou para



receber esses alunos”, explica ela. A posse necessária de capital social, cultural e econômico tem sido, desde sempre, o desafio para famílias negras em suas trajetórias pessoais e coletivas.

- 6 Para a diretora executiva do Instituto Paulo Montenegro, Ana Lúcia Lima, a situação é reflexo da universalização da Educação Básica (escola para todos), que não prima pela qualidade. Dividindo o ensino público entre “antes e depois”, ela observa que “a escola para poucos recebia estudantes mais bem preparados”. As crianças de hoje são filhas de pais analfabetos ou com pouco grau de instrução. “O amplo acesso é positivo, mas a escola não se preparou para receber esses alunos”, explica ela. A posse necessária de capital social, cultural e econômico tem sido, desde sempre, o desafio para famílias negras em suas trajetórias pessoais e coletivas.

## Referências

ABRAMO, Helena Wendel; VENTURI, Gustavo. Sociedade: juventude, política e cultura. **Revista Teoria e Debate**, São Paulo, n. 45, jul./ago./set. 2000. Disponível em: <<http://http://www2.fpa.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-antiores/sociedade-juventude-politica-e-cultura>>. Acesso em: 03 fev. 2011. (Fundação Perseu Abramo).

ANA. **Entrevista**. Ijuí, RS, 02 abr. 2008. (Projeto de Pesquisa Corpos-adolescentes-grávidos: duplas perdas? Entrevista oral concedida a Denise Raquel Rohr).

ANDRADE, Sandra dos Santos. Juventude, processos de escolarização e maternidade. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 8, 2008, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina; Editora Mulheres, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BRANDÃO, Elaine Reis. Gravidez na adolescência nas camadas médias: um olhar alternativo. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes; EUGENIO, Fernanda (Org.). **Culturas jovens**: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

BRASIL. **Inaf – Indicador de Analfabetismo Funcional**: principais resultados 2009. Disponível em: <[http://www.ipm.org.br/download/inaf\\_brasil2009](http://www.ipm.org.br/download/inaf_brasil2009)>. Acesso em: 30 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Sinasc – Sistema de Informações Sobre Nascidos Vivos**. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/cadernos/rs.htm>>. Acesso em: 24 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 16 jul. 1990.



CATHARINO, Tânia Ribeiro. **Da gestão dos riscos à invenção do futuro**: um outro olhar sobre a gravidez na adolescência. Rio de Janeiro: Quartet, 2008.

CATHARINO, Tânia Ribeiro; GIFFIN, Karen. Gravidez e adolescência – investigação de um problema moderno. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, 2002. Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, MG, 2002.

DUARTE, Cristina Maria; NASCIMENTO, Vânia Barbosa do; AKERMAN, Marco. Gravidez na adolescência e exclusão social: análise de disparidades intra-urbanas. **Revista Panamericana Salud Pública**, Washington, v. 19, n. 4, abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.org/scielo.php>>. Acesso em: 10 out. 2009.

FELIPE, Jane. Proposta pedagógica. In: TV ESCOLA. Salto para o futuro. **Educação para a igualdade de gênero**, Brasília, v. 18, n. 26, nov. 2008.

GIFFIN, Karen. Gravidez e adolescência – investigação de um problema moderno. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, 2002, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto, MG: Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

GOLDENBERG, Mirian (Org.). **O corpo como capital**: estudos sobre gênero, sexualidade e moda na cultura brasileira. Barueri, SP: Estação das Letras e Cores, 2007.

GONÇALVES, Helen; KNAUTH, Daniela Riva. Aproveitar a vida, juventude e gravidez. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 49, n. 2, p. 625-653, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 21 ago. 2008.

GONTIJO, Daniela Tavares; MEDEIROS, Marcelo. Gravidez/maternidade e adolescentes em situação de risco social e pessoal: algumas considerações. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiânia, v. 6, n. 3, p. 394-399, 2004. Disponível em: <<http://www.fen.ufg.br>>. Acesso em: 20 mar. 2008.

GUIMARÃES, Gilselene Garcia; GRINSPUN, Mirian Paura Sabrosa Zippin. **Revisitando as origens do termo juventude**: a diversidade que caracteriza a identidade. 2007. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT20-4136-Int.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2008.

HEILBORN, Maria Luíza. Estranha no ninho: geração, tempo e sexualidade. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (Org.). **Pesquisa urbana**: desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais 2006**. Sala de Imprensa. 20 dez. 2006. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=774](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=774)> Acesso em: 07 abr. 2011.

LEÃO, Geraldo Magela Pereira. Experiências da desigualdade: os sentidos da escolarização elaborados por jovens pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 1, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 27 out. 2009.

LEVI, Giovanni; SCHIMITT, Jean-Claude (Org.). **História dos jovens**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. (v. 2).

MARINA, José Antonio. **O quebra-cabeça da sexualidade**. Rio de Janeiro: Guarda-chuva, 2008.

MARTINS, Ana Paula Vosne. História da maternidade no Brasil: arquivos, fontes e possibilidades de análise. **ONG Amigas do Parto**. 2007. Disponível em: <<http://www.amigasdoparto.org.br>>. Acesso em: 15 nov. 2010.

MICHELE. **Entrevista**. Ijuí, RS, 15 abr. 2008. (Projeto de Pesquisa Corpos-adolescentes-grávidos: duplas perdas? Entrevista oral concedida a Denise Raquel Rohr).

MEYER, Dagmar. A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento. **Gênero**: núcleo transdisciplinar de estudos de gênero – Nuteg, Niterói, v. 6, n. 1, p. 81-104, 2006.

NASCIMENTO, Milton; BRANT, Fernando. **Maria, Maria**. Disponível em: <<http://letras.terra.com.br/milton-nascimento/47431/>>. Acesso em: 23 set. 2010.

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes; EUGENIO, Fernanda (Org.). **Culturas jovens**: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Políticas públicas de/para/com as juventudes**. Brasília: Unesco, 2004.

PACHECO, Ana Lucia Paes de Barros. **Mulheres pobres e chefes de família**. 2005. 260 f. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Programa de Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.



PAIS, José Machado. Buscas de si: expressividades e identidades juvenis. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes; EUGENIO, Fernanda (Org.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. Juventude, violência e políticas públicas. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 7, n. 75, ago. 2007. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br>>. Acesso em: 2 jul. 2009.

ROHR, Denise Raquel; SCHWENGBER, Maria Simone Vione. Juventudes e maternidades: sexualidade e escolarização na vida das meninas mães. In: SEMINÁRIO CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE, 4; 2009, Rio Grande. **Anais...** Rio Grande, RS: Universidade Federal do Rio Grande, 2009.

\_\_\_\_\_. História de Ana e Michele. In: **Corpos-Adolescentes-Grávidos: duplas perdas**. Projeto de Pesquisa. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, 2009.

ROSISTOLATO, Rodrigo. Fazendo gênero na escola. In: GOLDENBERG, Mirian (Org.). **O corpo como capital: estudos sobre gênero, sexualidade e moda na cultura brasileira**. Barueri, SP: Estação das Letras e Cores Editora, 2007.

172 SALVA, Sueli. Do maternar à maternidade: o que muda na vida de uma jovem nessa trajetória? In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 8; 2008, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina; Editora Mulheres, 2008.

SCHIRÒ, Eva Diniz Bensaja dei. **Gravidez na adolescência: como se configura no Brasil e em Portugal?** 2009. 251f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SCHWENGBER, Maria Simone Vione. Pobres meninas “ricas” com a gravidez. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 32; 2009, Caxambu, MG. **Anais...** Caxambu: Anped, 2009.

\_\_\_\_\_. Gravidez na adolescência: cuidar ou ser cuidada? In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 16., JORNADA DE PESQUISA, 12., JORNADA DE EXTENSÃO 9; 2008, Ijuí, RS. **Anais...** Ijuí: Ed. Unijuí, 2008.

SCLIAR, Moacyr. **Fazendo o próprio caminho**. Zero Hora, Porto Alegre, n. 15, p. 16, 3 ago. 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.



SILVA, Altevir Etchegaray; BIFFI, Eliana Faria; GIULIANI, Carla Denari. **Problematicando a gravidez na adolescência**. 2003. Disponível em: <<http://www.redefem.ufrgs.br/anaisvire-defem.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2008.

SOUZA, Vanessa Guilherme de. **Meninas-adolescentes**: rituais, corpo e resistência. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

Mestranda Denise Raquel Rohr  
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul  
| Ijuí/RS  
Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação nas Ciências |  
UNIJUÍ  
Grupo de Pesquisa *Paidotribus* | Unijuí  
Bolsista Capes  
E-mail | deniseraquelrohr@yahoo.com.br

Prof. Dra. Maria Simone Vione Schwengber  
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul  
| Ijuí/RS  
Departamento de Pedagogia  
Curso de Educação Física  
Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação nas Ciências |  
UNIJUÍ  
Grupo de Pesquisa *Paidotribus* (Unijuí) e GEERGE | UFRGS  
E-mail | Simone@unijui.edu.br  
Tradutora | Lene Belon Ribeiro

173

Recebido 02 maio 2011

Aceito 18 jul. 2011